
**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA)
EMIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
DA ESPÉCIE SUBORDINADA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM
ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA RODONORTE -
CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS INTEGRADAS S.A.**

entre

RODONORTE – CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS INTEGRADAS S.A.

e

APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Em 15 de abril de 2010

by @ [signature] [signature] [signature] [signature]

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA RODONORTE - CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS INTEGRADAS S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

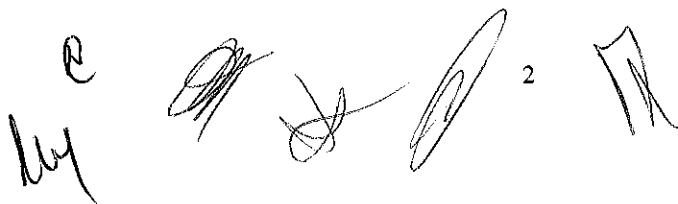
RODONORTE - CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS INTEGRADAS S.A. (a “Emissora”), companhia aberta com sede na Cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, na Rua Afonso Pena, nº 87, CEP 84.040-170, Bairro Vila Estrela, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.221.531/0001-30, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social;

APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. (doravante apenas “Agente Fiduciário” e, em conjunto com a Emissora, as “Partes”), instituição financeira constituída sob a forma de sociedade por ações, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede em Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, na Rua Pernambuco, 353, 12º andar, sala 1207, CEP 30130-250, Bairro Funcionários, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.090.873/0001-90, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeada neste instrumento para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos titulares das debêntures da presente emissão (os “Debenturistas”);

CELEBRAM o presente “Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.” (a “Escritura”), nos termos e condições abaixo.

1. AUTORIZAÇÃO

1.1. Esta Escritura é celebrada com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 15 de abril de 2010 (a “AGE”), por meio da qual: (i) foi aprovada a proposta submetida pelo Conselho de Administração da Emissora, conforme Reunião deste órgão realizada em 15 de abril de 2010, para a 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada (as “Debêntures”), para distribuição pública com esforços restritos de colocação (a “Oferta” ou “Emissão”), com a delegação ao Conselho de Administração da Emissora dos poderes necessários para ratificar a taxa de juros final das Debêntures, a ser definida após a realização de procedimento de coleta de intenção de investimento para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros (o “Procedimento de Bookbuilding”); e (ii) foi concedida

 2

autorização à Diretoria da Emissora para que pratique todos os atos necessários à implementação e consecução da Oferta, incluindo a celebração de todos os documentos necessários à efetivação da Emissão e a contratação de todos os prestadores de serviço necessários.

2. REQUISITOS

2.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações

2.1.1. A ata da AGE será protocolada para arquivamento na Junta Comercial do Estado do Paraná (“JUCEPAR”) e será publicada nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (a “Lei das Sociedades por Ações”).

2.1.2. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será (i) ratificado em reunião do Conselho de Administração da Emissora cuja ata da reunião será devidamente arquivada na JUCEPAR e publicada nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) objeto de aditamento da Escritura.

2.2. Inscrição da Escritura

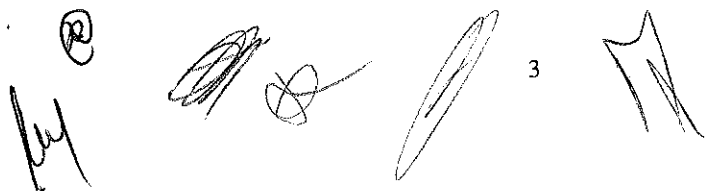
2.2.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCEPAR, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, e § 3º da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Registro para Distribuição e Negociação nos Mercados Primário e Secundário

2.3.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e para negociação no mercado secundário por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”) e do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (a “CETIP”), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP, observado o disposto no item 3.11 abaixo.

2.4. Registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”)

2.4.1. A Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução nº 476, editada pela CVM em 16 de janeiro de 2009 (“Instrução CVM 476”), por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição.



3

3. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. O objeto social da Emissora é a exploração da concessão de serviço público que lhe foi outorgada pelo Estado do Paraná, como Poder Concedente, para exploração da malha rodoviária constituída: (i) pela Rodovia BR-376, no trecho entre os Municípios de Apucarana e São Luís do Purunã, passando por Ponta Grossa; (ii) pela Rodovia BR-277, no trecho entre os Municípios de São Luís do Purunã e Curitiba; (iii) pela Rodovia PR-151, entre os Municípios de Jaguariaíva e Ponta Grossa; e (iv) pelos seguintes trechos rodoviários de acessos e estas rodovias: (a) PR-092 entre o entroncamento com a PR-151 (A) e o entroncamento com a PR-151 (B), com 7,2 quilômetros de extensão; (b) PR-151 entre o entroncamento com a PR-239 e o entroncamento com a PR-092, com 33,12 quilômetros de extensão; (c) PR-239 entre o rio Itararé e a PR-151 (SENGÉS), com 12,29 quilômetros de extensão; (d) PR-813 entre a BR-376 e FURNAS, com 1,3 quilômetros de extensão; (e) PR-340 entre o Município de Ortigueira e o entroncamento com a PR-376, com 1,37 quilômetros de extensão; e (f) PR-090 entre o entroncamento com a PR-151 (B) e entroncamento com a PR-153, com 25 quilômetros de extensão, compreendendo a recuperação, o melhoramento, a manutenção, a conservação, a ampliação, a operação e a exploração da malha rodoviária acima descrita, mediante a cobrança de pedágio, inclusive a prestação de serviços de socorro médico; serviços de guincho e reboque de veículos; serviços de informação ao usuário e divulgação dos trabalhos através de publicações periódicas e informativos; organização e promoção de eventos educacionais e culturais e demais atos correlatos necessários ao cumprimento do objeto, e em conformidade com os termos do “Contrato de Concessão com o Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná – DER/PR”, celebrado em decorrência da Concorrência Internacional nº 005/96 – DER/PR, relativa ao denominado Lote nº 5 (o “Contrato de Concessão”).

3.2. Número da Emissão

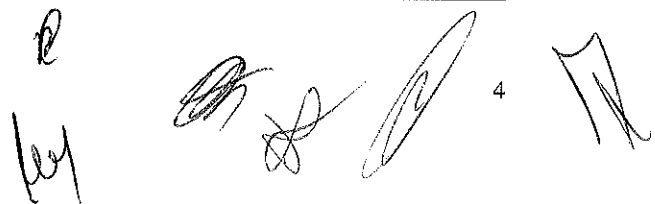
3.2.1. Esta é a 2ª (segunda) emissão pública de debêntures da Emissora.

3.3. Número de Séries

3.3.1. A Emissão será realizada em série única, conforme descrito na Cláusula 3.7 abaixo.

3.4. Montante da Emissão

3.4.1. O montante total da Emissão será de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definição constante na Cláusula 3.8 abaixo), observado que tal montante poderá ser aumentado em decorrência do exercício da

The block contains several handwritten signatures in black ink. To the right of the signatures is a small, rectangular stamp with the number '4' inside it. The signatures are of varying styles, some appearing to be initials or full names, but they are not legible as text.

Opção de Debêntures Adicionais e da Opção de Lote Suplementar, conforme definições previstas nos itens 3.6.2 e 3.6.3 abaixo.

3.5. Limite da Emissão

3.5.1. Conforme previsto no §4º do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, o limite de emissão estabelecido pelo referido artigo não se aplica à presente Emissão, uma vez que as Debêntures são da espécie subordinada.

3.6. Quantidade de Debêntures

3.6.1. Serão emitidas 200.000 (duzentas mil) Debêntures.

3.6.2. A quantidade de Debêntures poderá ser aumentada, exclusivamente na data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a critério da Emissora, em até 20% (vinte por cento) com relação à quantidade originalmente oferecida (“Debêntures Adicionais” e a “Opção de Debêntures Adicionais”, respectivamente). Será mantido preço único para a subscrição das Debêntures Adicionais.

3.6.3. A Emissora concederá ao Coordenador (conforme definido no item 3.11.1 abaixo) uma opção para distribuição de um lote adicional de até 15% (quinze por cento) com relação à quantidade de Debêntures originalmente oferecida (a “Opção de Lote Suplementar” e as “Debêntures do Lote Suplementar”, respectivamente), a ser exercida pelo Coordenador, após consulta e concordância prévia da Emissora, na data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, exclusivamente para atender a excesso de demanda que vier a ser constatado pelo Coordenador no Procedimento de *Bookbuilding* para apuração de taxa final, nas mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas.







3.6.4. A Emissora obriga-se a tomar todas as medidas necessárias para a emissão de Debêntures Adicionais e Debêntures do Lote Suplementar, caso as respectivas opções sejam exercidas.

3.7. Número de Séries

3.7.1. A Emissão será realizada em série única.

3.8. Data de Emissão

3.8.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de abril de 2010 (a “Data de Emissão”).

     5 

3.9. Destinação dos Recursos

3.9.1. Os recursos captados através da presente Emissão serão destinados para pagamento de financiamento existente, realização de outros investimentos e distribuição de dividendos a declarar.

3.10. Banco Mandatário e Agente Escriturador

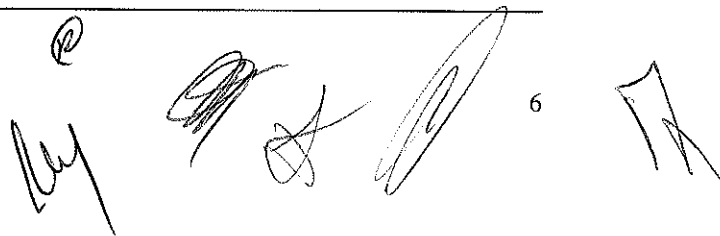
3.10.1. O banco mandatário da Emissão é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 7º andar, CEP 04.309-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04, e a instituição depositária e agente escriturador das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 7º andar, CEP 04.309-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 (o “Banco Mandatário” e o “Agente Escriturador”, respectivamente, sendo que estas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Mandatário e o Agente Escriturador na prestação dos serviços previstos neste item).

3.11. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.11.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de colocação, com intermediação do Banco BTG Pactual S.A. (o “Coordenador”), instituição financeira inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.306.294/0001-45, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5º, 6º e 7º andares, CEP 22.250-040, integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do módulo SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP.

3.11.2. A garantia firme de colocação para as Debêntures, nos termos do contrato de distribuição a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador (o “Contrato de Distribuição”), será outorgada pelo Coordenador à Emissora, sendo que o montante máximo total da referida garantia somente será auferido após o encerramento do Procedimento de *Bookbuilding*.

3.11.3. As Debêntures serão destinadas exclusivamente à procura de no máximo 50 (cinquenta) “investidores qualificados”, conforme definição da Instrução nº 409, editada pela CVM em 18 de agosto de 2004, conforme alterada (os “Investidores Qualificados”), sendo permitida a subscrição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, observado o disposto no artigo 3º da Instrução CVM 476. Conforme previsto pelo inciso I do artigo 4º da Instrução CVM 476, todos os fundos de



6

investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não-qualificados.

3.11.4. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, nos termos dos artigos 13 e 14 da Instrução CVM 476. Somente Investidores Qualificados, poderão subscrever ou adquirir as Debêntures, observado o montante mínimo de subscrição ou aquisição, no âmbito da Oferta, de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), conforme dispõe o inciso II do artigo 4º da Instrução CVM 476.

3.11.5. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.12. **Publicidade**

3.12.1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos titulares das Debêntures, devem ser divulgados pela Emissora em sua página na rede mundial de computadores e enviados ao Agente Fiduciário e ao Coordenador no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a divulgação, sendo que os editais de convocação e as atas de AGD (conforme definido na Cláusula 8 abaixo) deverão ainda, além da publicidade anteriormente descrita, ser publicados nos termos do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

4. **CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

4.1. **Características Básicas**

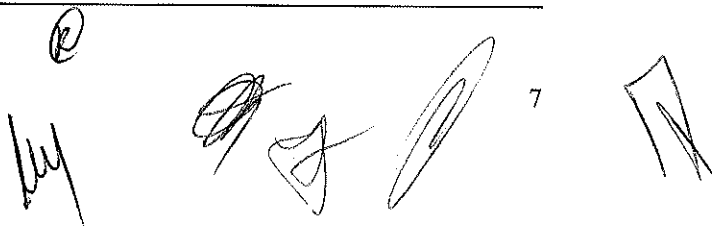
4.1.1. *Valor Nominal Unitário*

4.1.1.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000,00 (um mil reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) (o "Valor Nominal Unitário").

4.1.2. *Prazo e Data de Vencimento*

4.1.2.1. O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos e 7 (sete) meses, contado da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de novembro 2015 (a "Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5 abaixo. Na ocasião do vencimento, a

7



Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida (conforme definidos abaixo), calculados na forma prevista nesta Escritura.

4.1.3. *Forma e Emissão de Certificados*

4.1.3.1. As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados.

4.1.4. *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

4.1.4.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Agente Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato em nome do Debenturista, expedido pela CETIP, quando as Debêntures estiverem depositadas no SND.

4.1.5. *Conversibilidade*

4.1.5.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.6. *Espécie*

4.1.6.1. As Debêntures serão da espécie subordinada, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

4.1.7. *Repactuação*

4.1.7.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

4.2. **Características de Subscrição e Integralização**

4.2.1. *Prazo de Subscrição*

4.2.1.1. As Debêntures serão subscritas em uma única data, a qualquer tempo, no prazo de 30 (trinta) dias após a Data de Emissão.

4.2.2. *Preço de Subscrição e Integralização*

4.2.2.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, se houver, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização.

4.2.3. *Integralização e Forma de Pagamento*

4.2.3.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição.

4.3. **Características de Atualização e Remuneração**

4.3.1. *Atualização do Valor Nominal Unitário*

4.3.1.1. Não haverá atualização do Valor Nominal Unitário.

4.3.2. *Remuneração*

4.3.2.1. A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a certa remuneração (a “Remuneração”), definida por meio do Procedimento de *Bookbuilding*, correspondente à variação acumulada do percentual máximo de 115,50% (cento e quinze vírgula cinquenta por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, sobre as taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra grupo (“Taxas DI”), calculadas e divulgadas pela CETIP, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido no item 4.3.2.5 abaixo.

4.3.2.2. A Remuneração será apurada por meio do Procedimento de *Bookbuilding* e constará de um aditamento a esta Escritura.

4.3.2.3. As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial, utilizando-se o critério *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento da Remuneração, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.

4.3.2.4. O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VN_e \times (Fator DI - 1)$$

onde:

J = Valor unitário dos juros remuneratórios, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final do Período de Capitalização.

VNe = Valor Nominal Unitário ou seu respectivo saldo, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

Fator DI = produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até data de término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

k = Número de ordem da Taxa DI, variando de 1 (um) até n .

n = Número total de Taxas DI, sendo " n " um número inteiro.

p = percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com duas casas decimais, a ser definido por meio do Procedimento de Bookbuilding.

TDI_k - Taxa DI de ordem k , expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k = Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

O fator resultante da expressão $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.




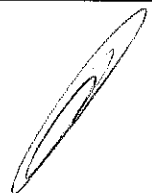

4.3.2.5. Para fins da Emissão, "Período de Capitalização" significa o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, nos casos dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração, exclusive, correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.3.2.6. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.3.2.7. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação (o "Período de Ausência da Taxa DI") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar AGD (conforme definido adiante na Cláusula 8), na forma e nos prazos estipulados nesta Escritura, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, a nova taxa a ser aplicada, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época (a "Taxa Substitutiva"). A AGD será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI, o que ocorrer primeiro. Até a deliberação e definição da Taxa Substitutiva, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada.

4.3.2.8. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida assembléia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos juros remuneratórios das Debêntures, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até a data da divulgação.

4.3.2.9. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação (conforme definido no item 8.4.6 abaixo), a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data da realização da respectiva AGD, qual a alternativa escolhida:

    11 

(i) resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar antecipadamente a totalidade das Debêntures, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva AGD, pelo seu Valor Nominal Unitário nos termos desta Escritura, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate e conseqüente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, para cada dia do Período de Ausência da Taxa DI será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada; ou

(ii) amortizar a totalidade das Debêntures em Circulação, conforme cronograma de amortização previamente apresentado pela Emissora, o qual não poderá exceder o prazo de vencimento final de amortização das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures será necessariamente utilizada uma taxa alternativa a ser definida a critério de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação (conforme definido no item 8.4.6 abaixo), reunidos em AGD especialmente convocada para esse fim, observado que referida taxa alternativa deverá necessariamente refletir parâmetros utilizados em operações similares da época, caso existentes.

4.4. Características de Amortização

4.4.1. Amortização do Valor Nominal Unitário

4.4.1.1. O Valor Nominal Unitário será amortizado pela Emissora em 7 (sete) parcelas semestrais e consecutivas, após decorrido o período de Carência do Principal, conforme definido abaixo, sendo certo que a 1ª (primeira) parcela do principal será paga no dia 15 de novembro de 2012 e as demais nas datas e proporções indicadas a seguir, sendo cada uma das datas uma data de amortização (a “Data de Amortização”), salvo possibilidade de resgate antecipado, conforme definido na Cláusula 4.5.2 abaixo:

Parcela	Data de Amortização	Porcentagem do Valor Nominal Unitário Amortizado
1ª	15/11/2012	14,29%
2ª	15/05/2013	14,29%
3ª	15/11/2013	14,29%
4ª	15/05/2014	14,29%
5ª	15/11/2014	14,29%
6ª	15/05/2015	14,29%
7ª	15/11/2015	14,26%

4.4.1.2. A amortização do principal está sujeita a um período de carência de 2 (dois) anos e 7 (sete) meses, a contar da Data de Emissão (“Carência do Principal”).

4.4.2. *Pagamento da Remuneração*

4.4.2.1. O pagamento da Remuneração será feito semestralmente, após decorridos 13 (treze) meses da Data de Emissão, todo dia 15 dos meses de maio e novembro de cada ano, devendo o primeiro pagamento ocorrer em 15 de maio de 2011 e o último em 15 de novembro de 2015, conforme tabela abaixo:

Parcela	Data de Pagamento da Remuneração
1ª	15/05/2011
2ª	15/11/2011
3ª	15/05/2012
4ª	15/11/2012
5ª	15/05/2013

Parcela	Data de Pagamento da Remuneração
6ª	15/11/2013
7ª	15/05/2014
8ª	15/11/2014
9ª	15/05/2015
10ª	15/11/2015

4.4.3. *Amortização Extraordinária*

4.4.3.1. Não obstante o disposto na Cláusula 4.4.1 acima, a Emissora poderá realizar, a qualquer tempo, amortização extraordinária parcial do Valor Nominal Unitário (a “Amortização Extraordinária”).

4.4.3.2. A Amortização Extraordinária deverá ser precedida de notificação por escrito ao Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis à realização do pagamento da Amortização Extraordinária (a “Notificação da Amortização Extraordinária”) e limitada em 90% (noventa por cento) do Valor Nominal Unitário ou o saldo correspondente. O Agente Fiduciário deverá comunicar à CETIP acerca da realização de Amortização Extraordinária com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para o pagamento da Amortização Extraordinária.

4.4.3.3. O valor da Amortização Extraordinária devida pela Emissora será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário a ser amortizado acrescido da Remuneração correspondente e demais encargos devidos e não pagos até a data de Amortização Extraordinária (o “Valor da Amortização Extraordinária”).

4.4.3.4. A Notificação da Amortização Extraordinária deverá conter: (i) a data para o pagamento da Amortização Extraordinária; e (ii) o percentual do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data para o pagamento da Amortização Extraordinária. Ao Valor da Amortização Extraordinária será acrescido um prêmio incidente sobre o Valor da Amortização

Extraordinária, calculado conforme fórmula abaixo (o "Prêmio de Amortização Extraordinária"):

$$\text{Prêmio} = \frac{P \times (DU)}{252} \times P.U$$

onde:

$P = 0,30\%$ (trinta centésimos por cento) caso o resgate antecipado ocorra até o dia 912º ou $0,20\%$ (vinte centésimos por cento) caso o resgate seja realizado a partir do dia 913º, contado da Data de Emissão;

DU = número de dias úteis contados a partir da data do resgate até a Data de Vencimento e

$P.U$ = Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a última data de pagamento da Remuneração ou desde a data de emissão, o que ocorreu por último, até a data do resgate antecipado.

4.4.3.5. O pagamento da Amortização Extraordinária deverá ser realizado de acordo com os procedimentos previstos nesta Cláusula, na data indicada na Notificação da Amortização Extraordinária, e deverá abranger todas as Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 8 abaixo, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP.

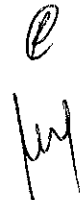

4.4.3.6. No caso de Amortização Extraordinária, o percentual do Valor Nominal Unitário a ser amortizado nas Datas de Amortização seguintes serão ajustados para refletir o pagamento do Valor da Amortização Extraordinária.

4.4.4. Local de Pagamento

4.4.4.1. Observado o previsto na Cláusula 4.4.7 desta Escritura, os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP ou por meio da instituição responsável pela escrituração das Debêntures para os titulares das Debêntures que não estejam depositadas em custódia vinculada ao SND.

4.4.5. Imunidade Tributária

4.4.5.1. Caso qualquer titular das Debêntures goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Agente Escriurador, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.



4.4.6. *Prorrogação dos Prazos*

4.4.6.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo, ou quando não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, ou na Cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

4.4.7. *Encargos Moratórios*

4.4.7.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, os “Encargos Moratórios”).

4.4.8. *Decadência dos Direitos aos Acréscimos (Mora do Debenturista)*

4.4.8.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.4.7.1 acima, a mora do titular das Debêntures para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento da Remuneração e/ou Data de Amortização.

4.5. **Características de Aquisição Facultativa e Resgate Total Antecipado**

4.5.1. *Aquisição Facultativa*

4.5.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou serem novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476.

4.5.1.2. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos da cláusula anterior, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

4.5.2. *Resgate Total Antecipado*

4.5.2.1. As Debêntures poderão ser totalmente resgatadas antecipadamente pela Emissora a qualquer momento (o "Resgate Antecipado"), mediante o pagamento do seu Valor Nominal Unitário, acrescido: (i) da Remuneração calculada desde a Data da Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último, até a data do efetivo resgate e (ii) um prêmio incidente sobre o saldo devedor atualizado das Debêntures (o "Prêmio de Resgate Antecipado"), conforme fórmula a seguir e, desde que seus titulares sejam notificados com 10 (dez) dias úteis de antecedência da data prevista para o resgate:

$$\text{Prêmio} = \frac{P \times (DU)}{252} \times P.U$$

onde:

$P = 0,30\%$ (trinta centésimos por cento) caso o resgate antecipado ocorra até o dia 912º ou 0,20% (vinte centésimos por cento) caso o resgate seja realizado a partir do dia 913º, contado da Data de Emissão;

DU = número de dias úteis contados a partir da data do resgate até a Data de Vencimento e

$P.U$ = Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a última data de pagamento da Remuneração ou desde a Data de Emissão, o que ocorreu por último, até a data do Resgate Antecipado.

4.5.2.2. As Debêntures objeto deste procedimento serão necessariamente canceladas.

4.5.2.3. Os valores relativos ao Prêmio de Resgate Antecipado serão devidos aos respectivos titulares das Debêntures, e serão pagos simultaneamente ao pagamento do Resgate Antecipado.

4.5.2.4. A CETIP deverá ser comunicada pelo Agente Fiduciário acerca da realização do Resgate Antecipado com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

5. VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Os titulares das Debêntures poderão solicitar ao Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 5.2 abaixo, que declare antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura e exija, mediante notificação, o imediato pagamento pela Emissora do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da

Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis*, conforme disposto na Cláusula 4.3.2 desta Escritura, a partir da Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração aplicável, o que ocorrer por último, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extra-judicial à Emissora, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (os “Eventos de Inadimplemento”):

- (i) liquidação, dissolução, pedido de auto-falência ou de falência não elidido no prazo legal, ou decretação de falência da Emissora;
- (ii) pedido de recuperação judicial ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Emissora;
- (iii) não pagamento, pela Emissora, nas datas de vencimento respectivas, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures, não sanada no prazo de 2 (dois) dias úteis contados das respectivas datas de vencimento;
- (iv) protestos legítimos de títulos contra a Emissora, cujo valor unitário ou agregado devido e não pago ultrapasse R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo Índice Geral de Preços do Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (o “IGP-M”), salvo se no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados da data do respectivo protesto, tiver sido comprovado, pela Emissora que (a) o protesto foi indevidamente efetuado, (b) o protesto foi cancelado ou sustado, ou ainda (c) foram prestadas garantias em juízo;
- (v) a Emissora distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio, em valor acima do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, exceto se as suas demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou suas demonstrações financeiras revisadas do primeiro semestre, conforme aplicável, apresentarem, cumulativamente, no mínimo, os seguintes índices:

(A)

$$\frac{\text{Dívida Líquida}}{\text{EBITDA}} \leq 3,0$$

(B)

$$ICSD \geq 1,3$$

sendo:

$$ICSD = \frac{\text{Caixa}}{\text{Serviço da Dívida}}$$

(C)

$$\frac{(\text{Dívida Líquida} + \text{Mútuos contraídos com os controladores diretos ou indiretos e / ou afiliadas})}{EBITDA} \leq 4,0$$

onde:

Dívida = soma do saldo dos empréstimos e financiamentos, incluindo, sem limitação, as Debêntures, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de terceiros, exceto mútuos contraídos com acionistas controladores.

Dívida Líquida = Dívida subtraída do saldo das seguintes contas do ativo circulante do balanço patrimonial da Emissora: (i) caixas e bancos e (ii) aplicações financeiras.

EBITDA = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; e (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice. O EBITDA deverá ser calculado sempre considerando os últimos 12 (doze) meses.

Caixa = EBITDA subtraído do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido.

Serviço da Dívida = todos os valores pagos de principal e juros relacionados à Dívida durante o referido período de 12(doze) meses. No caso de tomada de dívida para substituir outra dívida existente, o Serviço da Dívida deverá ser líquido do efeito da liquidação da dívida existente;

- (vi) falta de cumprimento pela Emissora de obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;
- (vii) não pagamento, na data de vencimento original, não sanado no prazo de cura aplicável, ou vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira da Emissora, em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas, sendo este valor atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M, salvo de no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data de sua ocorrência a Emissora comprovar que tal não pagamento, não sanado, ou vencimento antecipado ocorreu indevidamente ou foi sanado pela Emissora, ou foram

suspensos os efeitos do vencimento antecipado ou do não pagamento por meio de qualquer medida judicial ou arbitral;

- (viii) término antecipado do Contrato de Concessão;
- (ix) comprovação de inveracidade, incorreção ou inconsistência de qualquer declaração feita pela Emissora na Escritura e no Contrato de Distribuição, ou de qualquer informação constante do Material de Divulgação (conforme definido no item 9.2.1 abaixo), que afete de forma relevante e negativamente adversa as debêntures e que tenha sido notificada à Emissora pelo Agente Fiduciário;
- (x) a Emissora transferir ou por qualquer forma ceder ou prometer ceder a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu nesta Escritura, sem a prévia anuência do Agente Fiduciário, como representante dos Debenturistas;
- (xi) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental brasileira que resulte na perda da propriedade ou posse direta de parte substancial de seus ativos ou na incapacidade de gestão de seus negócios, pela Emissora, desde que tal desapropriação, confisco ou outra medida afete substancialmente a capacidade de pagamento, pela Emissora, de suas obrigações relativas às Debêntures;
- (xii) não cumprimento de decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora, cujo valor unitário ou agregado seja superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos da data para pagamento, exceto se tal decisão ou sentença judicial for extinta ou tiver sua eficácia suspensa durante tal prazo de 30 (trinta) dias e enquanto assim permanecer;
- (xiii) ocorrência de qualquer alteração na composição societária da Emissora, ou qualquer alienação, cessão ou transferência direta de ações do capital social da Emissora, em qualquer operação isolada ou série de operações, que resultem na redução de participação societária detida pela Companhia de Concessões Rodoviárias no capital social total e votante da Emissora, seja diretamente ou através de sociedade do mesmo grupo, a montante inferior a 51% (cinquenta e um por cento) das ações com direito a voto;

(xiv) a Emissora contrair, sem o consentimento do Agente Fiduciário:

(a) dívidas que gozem de garantias e/ou tenham senioridade superior à presente Emissão, salvo se, quando da contratação da dívida, o quociente obtido entre a divisão (a.i) da soma do saldo dos empréstimos e financiamentos, debêntures, notas promissórias, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de terceiros, que gozem de garantias e/ou tenham senioridade superior à da presente Emissão; pelo (a.ii) EBITDA (conforme conceito descrito no item (v) acima), calculado com base na última demonstração financeira auditada da Emissora, anterior à contratação de qualquer nova dívida, seja igual ou inferior a 2,0 (dois inteiros);

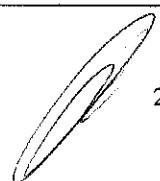
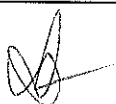
(b) financiamentos com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, salvo se, quando da contratação do financiamento, (b.i) nenhum outro credor em qualquer outro endividamento da Emissora gozar de garantias reais e (b.ii) seja atendido o índice financeiro previsto na alínea (A) do item (v) acima, calculado com base na última demonstração financeira auditada da Emissora, anterior à contratação do novo financiamento. Os financiamentos com o BNDES autorizados neste item (b) poderão contar com garantias que representem 100% (cem por cento) do total dos bens, direitos e ações de emissão da Emissora, inclusive recebíveis;

(c) dívidas com senioridade igual ou inferior à da presente Emissão, salvo se, quando da contratação da dívida, for atendido o índice financeiro previsto na alínea (A) do item (v) acima, calculado com base na última demonstração financeira auditada da Emissora, anterior à contratação de qualquer nova dívida;

(d) dívida com os acionistas da Emissora, salvo se, quando da contratação da dívida, for atendido o índice financeiro previsto na alínea (C) do item (v) acima, calculado com base na última demonstração financeira auditada da Emissora, anterior à contratação de qualquer nova dívida; e

(e) quaisquer outras dívidas, salvo se aprovadas pela maioria simples das Debêntures em Circulação;

(xv) a Emissora deter participação societária em qualquer sociedade;



- (xvi) a Emissora conceder empréstimos a terceiros ou prestar fiança ou outras garantias ou assumir obrigações de qualquer natureza em benefício de terceiros;
- (xvii) tiver sido alterado substancialmente o objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora, exceto se tal alteração se referir a ampliação da atuação da Emissora;
- (xviii) redução do capital social da Emissora a montante inferior a R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais) sem anuência prévia de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos Debenturistas, manifestada em AGD (conforme conceito definido na Cláusula 8 abaixo) especialmente convocada para esse fim. Sem prejuízo do disposto neste item (xviii), deverá ser observada a limitação imposta pelo disposto no art. 174 e seu §3º da Lei das Sociedades por Ações.

5.2. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nos itens (i), (ii), (iii) e (vii) da Cláusula 5.1 acima, os quais deverão ser tempestivamente informados pela Emissora ao Agente Fiduciário, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

5.3. Na ocorrência de quaisquer outros Eventos de Inadimplemento não mencionados na Cláusula 5.2 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, uma AGD para deliberar sobre o vencimento antecipado ou não das Debêntures, dentro do prazo mínimo de realização e demais condições estabelecidas na Cláusula 8 desta Escritura. O vencimento antecipado somente não será declarado caso assim seja deliberado na referida assembléia, por deliberação dos titulares das Debêntures representantes de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

5.3.1. Não havendo deliberação nas datas originalmente estabelecidas para realização da AGD prevista na Cláusula anterior, seja na primeira ou na segunda convocação, ou ainda, por falta de quorum de instalação ou aprovação, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração aplicável e encargos até a data de seu efetivo pagamento.

5.4. Em conformidade com o artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, a incorporação, a fusão ou a cisão da Emissora dependerá da prévia aprovação de 2/3 (dois terços) dos titulares das Debêntures em Circulação, reunidos em assembléia especialmente convocada para esse fim, dispensada tal aprovação se a Emissora



assegurar aos Debenturistas que o desejarem, a aquisição pela Emissora das Debêntures de que forem titulares, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses a contar da data de publicação das assembléias relativas à operação.

5.5. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada (a) à Emissora, com cópia à CETIP, observado o disposto no item 5.8 abaixo, e (b) ao Banco Mandatário informando tal evento.

5.6. Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o resgate das mesmas deverá ser efetuado em até 3 (três) dias úteis, a contar do protocolo da carta mencionada na Cláusula 5.5 acima na CETIP.

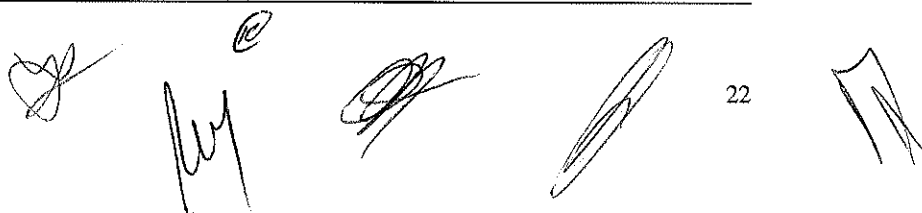
5.7. Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada na Cláusula 5.6 acima, além da Remuneração devida, serão acrescidos ao saldo do Valor Nominal Unitário os Encargos Moratórios, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento, conforme Cláusula 4.3.2 desta Escritura.

5.8. No caso de ocorrência de qualquer um dos Eventos de Inadimplemento, para que a realização do pagamento de que trata a Cláusula 5.6 acima ocorra por meio da CETIP, a mesma deverá ser comunicada pelo Agente Fiduciário com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência.

6. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

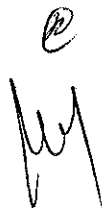
6.1. Até a amortização total do saldo devedor das Debêntures, a Emissora se compromete a:

- (i) manter atualizado o registro de companhia aberta junto à CVM;
- (ii) utilizar os recursos oriundos da Emissão conforme previsto no item 3.9 acima;
- (iii) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações: (a) dentro de, no máximo, 3 (três) meses após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; e (b) dentro de 15 (quinze) dias após sua realização, notificação da convocação de qualquer assembléia geral de acionistas e, prontamente, fornecer cópias de todas as atas de todas as assembléias gerais de acionistas, bem como a data e ordem do dia da assembléia a se realizar;



22

- (iv) fornecer ao Agente Fiduciário cópia de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado que afete ou possa afetar adversamente, de forma significativa, a condição financeira da Emissora ou sua capacidade de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contado a partir da data que a Emissora tomar conhecimento do respectivo trânsito em julgado do processo;
- (v) notificar o Agente Fiduciário em 2 (dois) dias úteis após tomar conhecimento sobre a ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento;
- (vi) fornecer ao Agente Fiduciário todos os dados financeiros, desde que estes dados sejam públicos, e atos societários necessários à conclusão do relatório citado no item (xii) da Cláusula 7.3.1 desta Escritura, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, devendo ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM;
- (vii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (viii) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas: (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM; (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM; (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social; (d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos; (e) observar as disposições da Instrução nº 358, editada pela CVM em 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação; (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente a Instituição Intermediária; e (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM ou CETIP;
- (ix) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (c) do subitem (viii) acima; (b) documentos e informações exigidas por estas entidades no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da data do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028/09, de 02 de abril de 2009;



- (x) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (xi) convocar AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 8 abaixo, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (xii) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (xiii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos titulares das Debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (xiv) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (xv) contratar agência classificadora de risco que seja a *Standard & Poors*, *Moody's* ou *Fitch* ou qualquer agência internacional de *rating* que as substitua caso estas venham a deixar de existir, para obtenção de "*rating*", para (i) manter atualizado o relatório de classificação de risco das Debêntures, com periodicidade mínima de 1 (um) ano, até o vencimento das Debêntures, além de fazer com que tal agência classificadora de risco dê ampla divulgação de tal classificação de risco ao mercado; (ii) assegurar que seja entregue ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de disponibilização dos referidos relatórios; e (iii) comunicar em até 5 (cinco) dias úteis ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco das Debêntures;
- (xvi) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora;
- (xvii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP;
- (xviii) arcar com todos os custos decorrentes (a) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP, (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora, e (c) das despesas com a contratação de Agente Fiduciário e Banco Mandatário;
- (xix) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora; e



(xx) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 8 abaixo), as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável.

7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. Nomeação do Agente Fiduciário

7.1.1. A Emissora constitui e nomeia a Aporte Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., acima qualificada, como agente fiduciário desta Emissão, o qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de titulares das Debêntures perante a Emissora.

7.2. Substituição do Agente Fiduciário

7.2.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, AGD para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares das Debêntures que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 8 abaixo), ou pela CVM.


7.2.2. Na hipótese de a convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.2 acima, caberá à Emissora efetuar a substituição.

7.2.3. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.


7.2.4. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos titulares das Debêntures, solicitando sua substituição.

7.2.5. É facultado aos titulares das Debêntures, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em AGD (conforme definida abaixo) especialmente convocada para esse fim.

7.2.6. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.



25



7.2.7. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCEPAR, onde será inscrita a presente Escritura.

7.2.8. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.2.9. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.3. Deveres e Atribuições do Agente Fiduciário

7.3.1. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares das Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;



(viii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;

(ix) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, às suas expensas, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório detalhado que fundamente e comprovadamente justifique a necessidade de realização da referida auditoria, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;

(x) convocar, quando necessário, AGD (conforme definida abaixo), mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 4.9 desta Escritura;

(xi) comparecer à AGD (conforme definida abaixo) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas e enviar à CETIP, conforme aplicável, no mesmo dia da AGD (conforme definida abaixo), sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da referida assembléia;

(xii) elaborar relatório destinado aos titulares das Debêntures, nos termos do artigo 68, §1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as informações a seguir descritas: (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora; (b) alterações estatutárias ocorridas no período; (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora; (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado; (e) amortização do Valor Nominal Unitário e pagamento da Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração; (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura; e (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;

(xiii) colocar o relatório de que trata o item (xii) acima à disposição dos titulares das Debêntures no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais: (a) na sede da Emissora; (b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário; (c) na CVM; e (d) na sede da Instituição Intermediária, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures;

(xiv) enviar comunicado aos titulares das Debêntures de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xiii) acima;



- (xv) manter atualizada a relação dos titulares das Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Agente Escriturador e à CETIP;
- (xvi) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas antecipadamente, se for o caso;
- (xvii) calcular os índices financeiros em conformidade com os termos e condições previstos na Cláusula 5 acima e convocar AGD (conforme definido abaixo) dentro do prazo estabelecido na Cláusula 8 na ocorrência de qualquer descumprimento dos referidos índices;
- (xviii) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (xix) notificar a CETIP, a CVM e os titulares das Debêntures, neste caso se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, acerca de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais;
- (xx) notificar a CETIP conforme exigido nesta Escritura, incluindo mas não se limitando nos casos de Amortização Extraordinária e Resgate Antecipado; e
- (xxi) não ser obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora, para se basear nas suas decisões.

7.3.2. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração correspondentes e demais encargos devidos nas condições especificadas;
- (ii) requerer a falência da Emissora;
- (iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos titulares das Debêntures; e



(iv) representar os titulares das Debêntures em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora, se for o caso.

7.3.3. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.3.2 acima se, convocada a AGD, esta assim o autorizar, por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no item (iv) acima.

7.4. Remuneração do Agente Fiduciário

7.4.1. Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, parcelas trimestrais de R\$ 5.780,22, sendo o primeiro pagamento devido no 5º dia útil após a Data de Emissão, e as parcelas seguintes na mesma data dos trimestres subsequentes.

7.4.2. As remunerações previstas nos itens anteriores serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

7.4.3. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração prevista nesta Cláusula, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa e juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura de Emissão, sem prejuízo da atualização monetária pelo IGP-M ou, na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo.

7.4.4. Os impostos vigentes à época do pagamento que incidirem sobre a remuneração do Agente Fiduciário, tais como ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), excetuados CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), serão acrescidos à remuneração proposta, de forma que esta seja paga líquida de impostos.

7.4.5. As parcelas da remuneração referenciadas no item 7.4.1 acima serão atualizadas, pelo IGP-M, a partir da Data de Emissão.

7.4.6. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.



7.4.7. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração dos serviços a serem por ele prestados.

7.4.8. Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando à alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

7.4.9. A remuneração não inclui as despesas com publicações, notificações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante a implantação e prestação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação, se assim possível. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.

7.4.10. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures ou para realizar seus créditos.

7.4.11. O ressarcimento a que se refere à Cláusula acima será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

7.4.12. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares das Debêntures deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e adiantadas pelos titulares das Debêntures e, posteriormente, conforme previsto na legislação aplicável, ressarcidas pela Emissora.

7.4.13. Tais despesas a serem adiantadas pelos titulares das Debêntures incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações judiciais propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos titulares das Debêntures.

7.4.14. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos titulares das Debêntures, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente

Fiduciário solicitar garantia prévia dos titulares das Debêntures para cobertura do risco da sucumbência.

7.4.15. As despesas a que se refere à Cláusula 7.4.9 acima compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (ii) obtenção de certidões;
- (iii) locomoções entre estados da federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções e devidamente comprovadas;
- (iv) eventuais levantamentos adicionais, especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares das Debêntures;e
- (v) despesas com custas cartorárias e com correios necessários ao desempenho da função fiduciária que lhe é inerente.

7.4.16. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos titulares das Debêntures que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

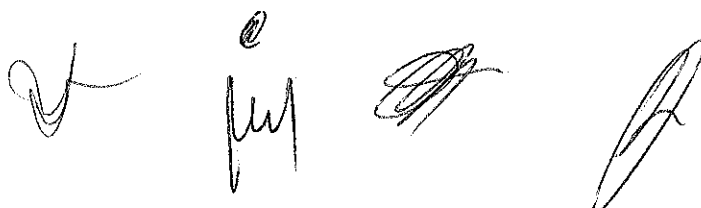
8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Normas Gerais e Convocação

8.1.1. Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das Debêntures (a "AGD").

8.1.2. Aplica-se à AGD, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembléia geral de acionistas.

8.1.3. A AGD pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário, (ii) pela Emissora, (iii) por titulares das Debêntures que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou (iv) pela CVM.



8.1.4. A AGD deverá ser realizada em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da primeira publicação da convocação. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da AGD em primeira convocação.

8.2. **Quorum de Instalação**

8.2.1. A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares das Debêntures que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) e, em segunda convocação, com qualquer número de titulares das Debêntures.

8.2.2. Será facultada a presença de representantes legais da Emissora na AGD.

8.2.3. O Agente Fiduciário deverá comparecer à AGD e prestar aos titulares das Debêntures as informações que lhe forem solicitadas. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora na AGD.

8.3. **Mesa Diretora**

8.3.1. A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

8.4. **Quorum de Deliberação**

8.4.1. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

8.4.2. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura.

8.4.3. As alterações referentes ao prazo de vigência das Debêntures, as datas de amortização de principal, à redução da Remuneração, alteração de prazos de vencimento e pagamentos de principal e Remuneração e alteração nas condições de resgate antecipado dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

8.4.4. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures, bem como qualquer alteração aos termos da Cláusula 5 desta Escritura dependerá de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

8.4.5. Toda e qualquer alteração dos quoruns previstos nesta Escritura dependerá da aprovação dos Debenturistas com um quorum no mínimo igual ao que está sendo alterado.

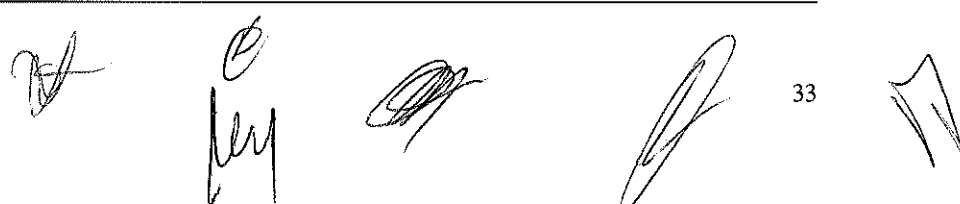
8.4.6. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da AGD previstos nesta Escritura, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS

9.1. Declarações e Garantias do Agente Fiduciário

9.1.1. O Agente Fiduciário declara e garante que:

- (i) não tem qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução nº 28, editada pela CVM em 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- (ii) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceita integralmente a presente Escritura e todas as suas Cláusulas e condições;
- (iv) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vi) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (vii) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exeqüível de acordo com os seus termos e condições;



(viii) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

(ix) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento; e

(x) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto.

9.2. Declarações e Garantias da Emissora

9.2.1. A Emissora declara e garante que:

(i) é uma companhia aberta devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;

(ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;

(iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;

(v) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(vi) esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem obrigações da Emissora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;

(vii) o material de divulgação referente à Emissão (o "Material de Divulgação") conterá, no mínimo, e observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes em relação à Emissora, nas respectivas datas de cada

evento, no contexto da presente Emissão, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;

(viii) as declarações, informações e fatos contidos no Material de Divulgação em relação à Emissora são verdadeiras;

(ix) as opiniões, análises e expectativas expressas no Material de Divulgação em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis,

(x) não há fatos relativos à Emissora que, nas respectivas datas do Material de Divulgação, cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração relevante do Material de Divulgação seja enganosa, incorreta ou inverídica; as demonstrações financeiras da Emissora, relativas ao último exercício social encerrado e ao imediatamente anterior, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquele exercício e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de forma consistente com práticas passadas;

(xi) as informações da Emissora relativas ao último trimestre encerrado ou ao imediatamente anterior, em todos os seus aspectos relevantes, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquela época e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil; e

(xii) a Emissora está cumprindo, em todos os aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Comunicações

10.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:



Para a Emissora:

RodoNorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

A/C: Sr. Sílvio Rogério Marchiori

Rua Afonso Pena, nº 87

Bairro Vila Estrela

Ponta Grossa/PR

CEP 84.040-170

Telefone: (42) 3220-2900

Fax: (42) 3220-2952

E-mail: ri.rodonorte@grupoccr.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Aporte Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

A/C: Sr. Gabriel Costa Greco e/ou Sra. Rita Mundim

Rua Pernambuco, 353

12º andar, sala 1207

Bairro Funcionários

Belo Horizonte/MG

CEP 30.130-250,

Tel: (31) 3261-9495

Fax: (31) 3261-9495

E-mail: gabriel@aportebhdtvm.com.br ou ritamundim@aportebhdtvm.com.br

Para o Banco Mandatário:

Itaú Unibanco S.A.

A/C: Sr. Dalmir Nogueira Coelho

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100

Torre Olavo Setúbal

São Paulo/SP

CEP 04.344-902

Tel: (11) 5029-4610

Fax: (11) 5029-1920

E-mail: dalmir.coelho@itau-unibanco.com.br

Para o Agente Escriturador:

Itaú Corretora de Valores S.A.

A/C: Sr. Dalmir Nogueira Coelho

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400

10º andar

São Paulo/SP

CEP 04.538-132

Tel: (11) 5029-4610

Fax: (11) 5029-1920

E-mail: dalmir.coelho@itau-unibanco.com.br

    36 

Para a CETIP:

CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Av. República do Chile, nº 230

11º andar

Rio de Janeiro/RJ

CEP 20.031-170

Tel: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Rua Líbero Badaró, nº 425

24º andar

São Paulo/SP

CEP 01.009-000

Tel: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3115-1564

10.1.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

10.1.3. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Quando for o caso, os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

10.1.4. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada ao Banco Mandatário, ao Agente Fiduciário e ao Agente Escriturador pela Emissora.

10.2. Contagem de Prazos

10.2.1. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por “dia útil” qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados nacionais ou ainda, quando não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, ressalvados os casos de pagamentos que devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente “dia útil” será qualquer dia da semana, exceto sábado, domingo ou feriado nacional. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de “dia útil”, entende-se que o prazo é contado em dias corridos.



10.3. **Renúncia**

10.3.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos titulares das Debêntures em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.4. **Independência**

10.4.1. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.5. **Lei Aplicável**

10.5.1. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.6. **Execução Específica**

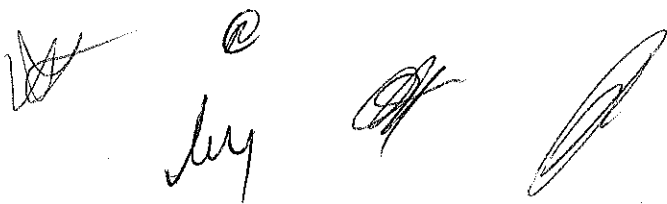
10.6.1. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

10.7. **Sucessão**


10.7.1. Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

10.8. **Foro**

10.8.1. Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha ser.



38



E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 15 de abril de 2010.

(assinaturas seguem nas próximas páginas)

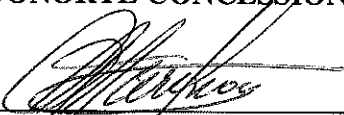
(restante da página propositalmente deixado em branco)



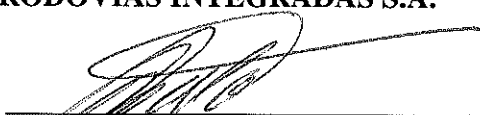
PÁGINA DE ASSINATURAS 1 de 1 DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA RODONORTE - CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS INTEGRADAS S.A.

Pela Emissora:

RODONORTE CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS INTEGRADAS S.A.



Nome: Silvio Rogério Marchiori
Cargo: Diretor Presidente e Dir. de RI



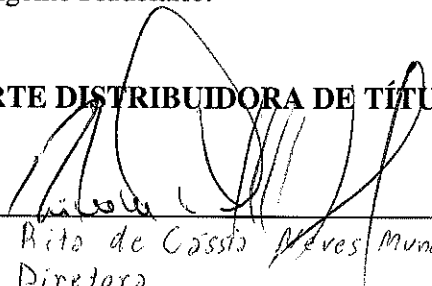
Nome: Jurandir Barrocal Netto
Cargo: Diretor

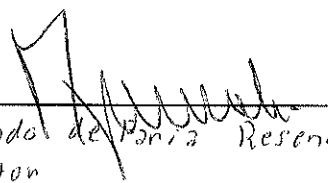


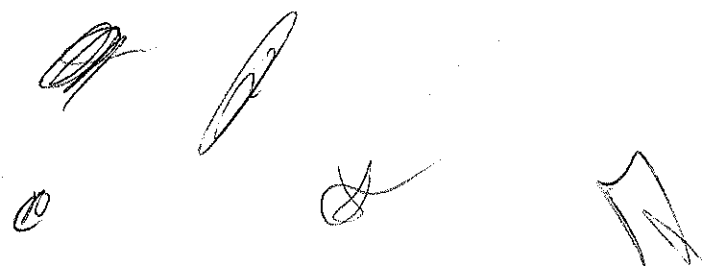
PÁGINA DE ASSINATURAS 2 de 2 DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA RODONORTE - CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS INTEGRADAS S.A.

Pelo Agente Fiduciário:

APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

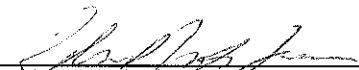

Nome: Rita de Cássia Neves Mundim
Cargo: Diretora

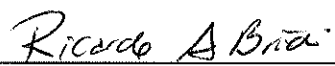

Nome: Fernando de Paula Resende
Cargo: Diretor



PÁGINA DE ASSINATURAS 3 de 3 DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA RODONORTE - CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS INTEGRADAS S.A.

Testemunhas:


Nome: Gabriel Costa Greco
RG: MG-14.091.962


Nome: Ricardo Adriano Brito
RG: 5.652.467-3 PR



@







